

FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL: APONTAMENTOS HISTÓRICOS DO BRASIL IMPERIAL (1821 a 1889)

Tiago Henrique de Oliveira
UFVJM
Diamantina/MG – Brasil
tiago.oliveiraufvjm@gmail.com

Cláudia Mara Niquini
UFVJM
Diamantina/MG – Brasil
claudia.niquini@ufvjm.edu.br

RESUMO

O presente texto é parte dos estudos de mestrado sobre formação de professores no Brasil. No intento de compreender a temática na esteira da história brasileira, realizamos uma pesquisa bibliográfica sobre alguns processos presentes nos registros do Brasil Imperial (1821 a 1889). A respectiva temática aparece no Brasil por volta de 1822 e, dialogando com distintos autores, observamos diversos fatos na época que foram marcantes, como: o ensino elitista da época gerando a exclusão das famílias menos abastardas, desprestígio da profissão, o baixo incentivo e remuneração, e resistência da inserção das mulheres no sistema educacional. Neste sentido, identificamos que alguns aspectos ainda se fazem presentes na educação brasileira e registramos como essencial a compreensão histórica da temática, ganhando sentido e identificando permanências na conjuntura contemporânea.

Palavras-chave: Educação, Brasil, Formação, Professores.

INTRODUÇÃO

A educação, e o acesso aos espaços formais de educação, constitui um importante pilar na construção de uma sociedade justa e democrática; assim como diferentes incrementos (saúde, habitação, transporte, entre outros) que a compõem. Nesta perspectiva, o professor torna-se fundamental para o sistema educacional, assim como os processos educacionais de formação dos mesmos.

Neste sentido, compreender a formação de professores no Brasil faz-se necessário, uma vez que a história, voltando alguns séculos atrás, nos permite compreender os processos, as rupturas e as permanências da qualificação docente no mundo e em nosso país.

A ideia de qualificar “pessoas” para ensinar outros indivíduos não possui uma data precisa; contudo, a ideia mais difundida na literatura referenda o início no século XVII em Reims, na França, com São João Batista de La Salle onde fundou-se a Escola de Formação de Professores, sendo atribuída a ele a criação da primeira Escola Normal, com o nome de Seminário dos Mestres (TAGLIAVINI; PIANTKOSKI, 2013; TREZZI, 2018; SAVIANI, 2009). A consolidação da ideia das Escolas Normais veio apenas no século XIX na França, quando emergiu a necessidade de instrução popular, sendo criadas as

escolas sob a tutela do Estado com o intuito de preparar professores leigos para darem aulas (SAVIANI, 2009; TANURI, 2000).

Nosso propósito, neste trabalho, é apresentar, através de pesquisa bibliográfica, um panorama geral de como ocorreu o início da formação de professores no Brasil e os principais fatos ocorridos durante o Brasil Imperial 1821 a 1889, levando em consideração diversos materiais que abordam o tema. Importante destacar que essa produção oferecerá subsídio à uma dissertação de mestrado em andamento, pertencente ao programa de pós graduação em Educação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (PPGE/UFVJM).

REFERENCIAL TEÓRICO

A história da formação docente no Brasil se inicia com o método de ensino mútuo de Lancaster a partir de 1820, que partia da ideia que um aluno que se destacasse tornaria monitor e poderia ensinar outros alunos, sob supervisão de um professor, sendo um método rápido de ensino. O modelo é efetivamente implementado no Brasil em 1822, sendo as primeiras instituições de ensino mútuo criadas sob a responsabilidade do Exército e voltadas para os militares. Após a criação da escola de Primeiras Letras na corte, abre-se para os súditos o ensino mútuo (BASTOS, 1997). Segundo Pereira (1973, p. 419) o Decreto nº 1 de março de 1823 trazia que o ensino dessa escola recém criada será da seguinte forma, “sendo em benefício, não somente dos militares do Exército, mas de todas as classes dos meus súditos que queiram aproveitar-se de tão vantajoso estabelecimento”.

Já em 1827 é determinada a criação das Escolas de Primeiras Letras em todas as capitais das províncias, cidades, vilas e lugares populosos que consigam se estabelecer financeiramente. O método de ensino mútuo dura, naquele momento, cerca de 15 anos e o modelo de Lancaster recebia duras críticas por se mostrar ineficiente. O Governo, após decidir pelo fim do modelo, buscou um novo método de formação docente mais sistemático, sendo escolhido o modelo das Escolas Normais da França, que passa a ser utilizado como modelo de instrução na educação básica do País.

A primeira província a ter a iniciativa de mudança foi a do Rio de Janeiro em 1835, criando uma escola normal em Niterói, sendo este caminho seguido por diversas províncias ao longo do século XIX. As escolas normais no Brasil foram criadas com base

no modelo napoleônico, trazido da França e inteiramente elitista; sendo a escola um local de distinção de classes, separação entre burguesia com direito e acesso as escolas e instrução, e o restante da sociedade desinstruída sem direito ao acesso à educação. As Escolas Normais que ainda caminhavam a passos curtos para o sucesso, contavam com a baixa procura por parte dos alunos, que estaria associado ao baixo incentivo remunerativo ao magistério naquele tempo – séculos depois ainda é uma luta da classe docente por melhores salários – além do pouco apreço que a profissão tinha segundo depoimentos da época (TANURI, 2000).

Foram 50 anos de tentativas mal sucedidas de melhorias no processo de formação docente, quando na década 1870 as escolas normais começaram a ter algum êxito e prestígio a partir das transformações de viés cultural, político e ideológico, que repercutiram no formato da educação, passando o ensino a ser considerado papel importante nesse novo cenário brasileiro, com maior disseminação, liberdade do ensino em todos os níveis e o Governo “cooperando” com a instrução primária e secundária nas províncias do império. Em 1867, Liberato Barroso relatou que havia apenas quatro instituições desse modelo no País, porém, após a mudança de *status* das escolas normais em 1870, Tanuri (2000, p. 66 apud Tanuri, 1979, p. 24) relata uma ampliação desse quantitativo, uma vez que “em 1883 o relatório do ministro do Império registra a existência de 22”. Havendo um aumento no número de escolas após as mudanças feitas a partir de 1879 com a denominada Reforma Leôncio de Carvalho, levando liberdade do ensino, o poder central ajudando as províncias no subsidio das escolas, além de influenciar no decreto de nº 8.025, de 16 de março de 1881 que regimentava os padrões e finalidades das escolas normais, como descrito no *site* da Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA) do Governo Federal:

Decreto n. 8.025, de 16 de março de 1881, o primeiro regulamento da Escola Normal estabeleceu o regime de externato, a gratuidade do ensino, as formas de acesso à instituição, bem como os direitos e deveres de alunos e funcionários. Tendo por finalidade preparar professores primários de ambos os sexos, com formação em ciências e letras ou em arte, as disciplinas seriam divididas em quatro séries e estavam previstas desde o decreto de 1879, que reformou a educação. (MAPA, 2016)

As mudanças consideráveis feitas nesse modelo de ensino foram de grande importância; destacando-se a ampliação dos requisitos para ingresso e a abertura para a participação das mulheres nesse modo de formação, visto que as primeiras escolas eram

voltadas somente para o sexo masculino e havia algumas poucas perspectivas de escolas voltadas para as mulheres.

Nos anos finais do Império a frequência feminina foi predominando e em alguns casos a coeducação – ensino conjunto de meninos e meninas – foram sendo aplicadas, o que ainda não sanava a desigualdade entre homens e mulheres na época. A exclusão da mulher vem desde a escola primária, a partir da diferenciação do currículo, sendo ele reduzido e mais voltado ao trabalho doméstico. O sistema de coeducação foi colocado em prática visando única e exclusivamente a economia para as cidades, visto que seria muito mais oneroso manter escolas separadas. Todo esse movimento que acontecia não era bem recebido pela classe elitizada, e o início das turmas mistas eram aplicados somente para crianças menores que não eram das famílias da elite (TANURI, 2000; HAHNER, 2011).

METODOLOGIA

Como metodologia de pesquisa foi escolhido a pesquisa bibliográfica, que segundo consiste em uma pesquisa desenvolvida a partir de materiais já existentes, livros, artigos científicos, dissertações, teses e afins. Em quase todos os tipos de estudos é utilizado algum tipo de trabalho desta natureza como um referencial teórico do tema, mas há pesquisas desenvolvidas exclusivamente utilizando fontes bibliográficas (GIL, 2008). Este estudo trouxe um recorte histórico sobre a formação de professores no Brasil, sendo este tipo de pesquisa “indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários.” (GIL, 2008, p. 50.)

A pesquisa trouxe uma gama de autores que discutiram o início da formação de professores no Brasil sobre diferentes olhares e épocas, cada um com sua contribuição e perspectiva, este tipo de pesquisa apesar de trazer materiais já escritos, ele não tem a intenção de ser uma repetição do que foi produzido, e sim, trazer um novo olhar sobre o tema. Marconi e Lakatos (2002, p. 71) fala que “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.”

Desta forma, foram selecionados como fontes bibliográficas textos que tratavam sobre o início da formação de professores no Brasil em 1820 até o fim do Brasil Imperial em 1889, procurando focar nas principais tentativas do País em formar professores para

a instrução da população e o ensino primário. Segue abaixo os textos analisados neste artigo:

QUADRO 1 – ARTIGOS UTILIZADOS

Autor (a)	Título	Ano
Maria Helena Camara Bastos	A instrução pública e o ensino mútuo no Brasil: uma história pouco conhecida (1808-1827)	1997
June E. Hahner	ESCOLAS MISTAS, ESCOLAS NORMAIS: A COEDUCAÇÃO E A FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO NO SÉCULO XIX	2011
Josefina Chaia Pereira	Considerações gerais sobre a década da independência e a Educação através de sua legislação específica	1973
Dermeval Saviani	Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro.	2009
Leonor Maria Tanuri	História da formação de professores	2000

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na literatura especializada, registramos um cenário de frágeis tentativas de aperfeiçoamento para instrução da população, dando preferência à elite do Império, com baixo ônus ao Governo. Após o fim do método do ensino mútuo (ineficiente e falho), de Lancaster em 1820, o governo definiu que o método de ensino utilizado seria o modelo francês de Escolas Normais em 1834.

Esse modelo andava a passos lentos para ter sucesso até os anos finais de 1870, visto que a profissão de professor na época não era bem apreciada, devido ao baixo incentivo e remuneração e o desprestígio profissional. O modelo de escolas normais foi um sistema importado da Europa, de cultura elitista, onde somente a alta classe social das províncias acessavam o ensino, reafirmando a desigualdade e consolidando uma superioridade da burguesia que estava no poder: branca e enriquecida, e o pouco incentivo salarial do governo provavelmente não era atrativo para aqueles que gozavam do poder.

As principais mudanças no Brasil Imperial que auxiliaram no crescimento da instrução da população foram nos anos de 1879 e 1881 com a Reforma Leôncio de Carvalho e o decreto de nº 8.025, de 16 de março de 1881 que foram citados nos capítulos anteriores, a principal mudança foi a liberdade do ensino com as mulheres podendo ingressar nas escolas normais, espaço, até este período, pertencente somente aos homens.

Hahner (2011, p. 468) ainda diz que “com poucas alternativas abertas às mulheres, ensinar era o desejado, embora os salários fossem inferiores aos dos homens. O ensino trouxe a algumas mulheres uma maior independência econômica”. Desta forma, vemos a

desigualdade entre homens e mulheres na época; convivendo com o conservadorismo, a diferença nos salários, a discriminação e poucas oportunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, a Escola Normal sobrevive durante todo o Brasil Imperial que se finda em 15 de novembro 1889, mas o modelo sobrevive até 1971 quando é substituído por completo pelas habilitações específicas de magistério. Mas como nosso objetivo era trazer um panorama geral da formação de professores no Brasil Imperial, os resultados obtidos foram interessantes para a discussão do modo elitista que se iniciou a formação de professores e como problemas da época ainda são refletidos atualmente.

Hoje ainda encontramos um cenário de baixo incentivo aos profissionais da educação além da desigualdade social no acesso as escolas, o que reflete o período apontado nessa discussão. Cerca de 132 anos depois do fim do Brasil Imperial ainda é possível deparar-se com pessoas de baixa renda sem instrução ou com a educação incompleta e sem oportunidade de estarem dentro da escola, as mesmas que se encontram sucateadas e com profissionais da educação lutando por melhores condições de trabalho e remuneração. Como pivô desta conexão escola/sociedade temos o Governo (Federal/Estadual/Municipal) que são responsáveis pelo gerenciamento do sistema educacional, que por muitas vezes colocam a educação como algo fundamental e necessário em seus discursos, porém o que se encontra na prática são cenários de cortes de verbas, sucateamento e desvalorização da educação.

É importante destacar uma mudança significativa, segundo o censo educacional de 2017 existem 2.192.224 docentes na Educação Básica, sendo que “a maioria, 1.753.047, são mulheres, sendo 594.012 entre têm de 30 a 39 anos. Os homens são 439.177, sendo 161.344 na faixa etária de 30 a 39 anos. Desse grande universo, 1.717.545 professores possuem formação de nível superior, sendo 1.626.403 em curso de licenciatura” (INEP, 2018). Esses números retratam a mudança de um início onde mulheres não podiam lecionar, passando por um processo de luta por direitos e espaços no mercado de trabalho, até os dias de hoje, que apesar de diversas vitórias femininas pelos direitos igualitários aos dos homens, ainda está longe da equidade que merecem; salários iguais, valorização profissional, fim dos preconceitos por gêneros, entre outras questões são batalhas reais que ainda são travadas por elas.

REFERÊNCIAS

BASTOS, M. H. C. A instrução pública e o ensino mútuo no Brasil: uma história pouco conhecida (1808-1827). **História da educação**, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 115-133, jan./jun 1997.

GIL, A. C. Como classificar as pesquisas. In: GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 25-44.

HAHNER, J. E. ESCOLAS MISTAS, ESCOLAS NORMAIS: A COEDUCAÇÃO E A FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO NO SÉCULO XIX. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 467-474, mai./ago. 2011.

INEP. Censos Educacionais do Inep revelam mais de 2,5 milhões de professores no Brasil. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**, 2018. Disponível em:

http://portal.inep.gov.br/artigo//asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/censos-educacionais-do-inep-revelam-mais-de-2-5-milhoes-de-professores-no-brasil/21206. Acesso em: 08 Junho 2021.

MAPA. Escola Normal. **MEMÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA**, 2016. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/315-escola-normal>>. Acesso em: 10 de Junho 2021.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas; amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados**. 5^a. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PEREIRA, J. C. Considerações gerais sobre a década da independência e a Educação através de sua legislação específica. **Revista de História**, São Paulo, v. 43, n. 94, p. 413-431, 1973.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, p. 143-155, jan./abr. 2009.

TAGLIAVINI, J. V.; PIANTKOSKI, M. A. JOÃO BATISTA DE LA SALLE (1651-1719): um silêncio eloquente em torno do educador católico que modelou a escola moderna. **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, n. 53, p. 16-40, Outubro 2013.

TANURI, L. M. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 61-88, mai./ago. 2000.

TREZZI, C. **DA EXPERIÊNCIA ESTÉTICA À ESTÉTICA DA INCLUSÃO NA PEDAGOGIA DE LA SALLE**: um referencial teórico para analisar a crise da educação brasileira. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade La Salle. Canoas, p. 212. 2018.